

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, dezembro de 2014, número 84. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Por uma agenda de resistência camponesa

ARTIGOS DO MÊS

I - Territorios campesinos desde abajo, entre las viejas y nuevas disputas, una alternativa: el caso de las Zonas de Reserva Campesina en Colombia

II - Mundialização da luta camponesa: agroecologia e soberania alimentar como território

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas

UNICAMP/Campinas – São Paulo, 27 a 30 de abril de 2015.

III Colóquio Habitat e Cidadania: habitação no campo, nas águas e nas florestas

UnB/Brasília – Distrito Federal, 12 a 15 de maio de 2015.

II Congreso Internacional “Seminario Estado, Territorio y Desarrollo (SETED)”

Santiago de Compostela – España, 1 a 3 del Julio del 2015.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Movimentos Socioterritoriais, a Contrarreforma Agrária do Banco Mundial e o Combate à Pobreza Rural.

Autor: Eraldo da Silva Ramos Filho.

Este livro, resultado do projeto de investigação “Estratégias contra a pobreza: desenhos do norte e alternativas do sul”, em nível de pós-doutorado, apresenta uma contribuição relevante para a temática da reforma agrária e das políticas de desenvolvimento e combate à pobreza rural no Brasil.



Toda esta sangre en el monte.

Realización: Martín Céspedes.

En apenas onze meses fueron asesinados dos jóvenes del Movimiento Campesino de Santiago del Estero. La misma motivación, el mismo método: empresarios sedientos de tierras convencen a unos pocos pobladores, los convierten en sicarios, y los arrojan contra comunidades que resisten, ante la pasividad cómplice del Estado desarrollista.

Para ver:

<https://www.youtube.com/watch?v=ygHFBFw4FNO>



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

APOIO

Editoração: Danilo Valentin Pereira (bolsista FAPESP), Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Hugo A. Alves (bolsista PROEX).
Revisão: Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira (bolsista FAPESP), Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.
Coordenação: Janaina F. S. C. Vinha, Juliana G. B. Mota (bolsista FAPESP) e Valmir J. de O. Valério (bolsista CNPQ).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

POR UMA AGENDA DE RESISTÊNCIA CAMPONESA

Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)
www.abrareformaagraria.com.br

Fruto do apogeu do agronegócio no Brasil, nos moldes superlativos de falta de regulação e dependência que ‘organizam’ essa cadeia produtiva controlada pelo capital internacional firmou-se, no país, trajetória de crescimento contínuo e expressivo da produção de algumas commodities agrícolas para exportação. Além da intensificação do extenso rol das suas históricas e profundas sequelas, esse processo tem tido como corolário o baixo crescimento, ou mesmo o decréscimo absoluto, em alguns casos, da produção de “comida” para a população, com os reflexos na carestia.

Mesmo com o peso substancial dos alimentos na ‘resistência inflacionária’, esforços pelo seu controle quase que exclusivamente via a elevação para níveis exponenciais dos juros básicos da economia desconsideram o imperativo de se fortalecer o sistema interno de produção e abastecimento alimentar. Busca-se dar suporte ao atendimento do mercado interno de alimentos estratégicos com volumes crescentes de importações, mesmo no contexto das elevadas volatilidades na oferta mundial de vários desses produtos.

Decorrem dessa política, ameaças potenciais para a garantia da oferta e da estabilidade dos níveis dos preços de alimentos essenciais que já corroem diferenciadamente a renda da população pobre. Ao mesmo tempo, associado, o governo, de forma deliberada, assume riscos políticos imponderáveis, afora os reflexos erosivos nos programas de transferência de renda.

Como exemplo das dimensões desses riscos vale citar que somente as compras externas de trigo em 2013 somaram 2.5 bilhões de dólares. Esse montante foi 380% maior que o montante total aplicado pelo crédito rural no financiamento da cultura no ano de 2012. Na segunda metade da década de 1980 o Brasil tangenciou a autossuficiência em trigo em resposta ao programa federal com essa finalidade. As duas edições mais recentes da revista da ABRA incluem artigos que abordam esse tema com a suas implicações internas sistêmicas.

Junto com esses desdobramentos interno, a economia brasileira enfrenta rota expansiva no déficit de transações correntes cujo acumulado nos primeiros quatro meses de 2014 somou mais de 33 bilhões de dólares, o maior da série histórica do Banco Central. Especificamente quanto à balança comercial, o primeiro quadrimestre do ano registrou resultado negativo de US\$ 5.57 bilhões.

Resulta desse fenômeno nas contas externas a tendência de direcionamento ainda maior das políticas internas para a máxima exploração da atratividade do mercado externo para algumas commodities agrícolas, afora as minerais.

O Informe Semestral ‘**Perspectivas Alimentares**’, da FAO, oferece subsídios consistentes para se projetar a continuidade de cenários muito favoráveis para o mercado internacional de alimentos. Essa conclusão subsiste mesmo considerando-se a recuperação da oferta de cereais observada em 2013, notadamente no caso do trigo. E, em especial, com os menores impactos nos preços por movimentos especulativos em razão da redução da liquidez internacional. Pelo menos no curto prazo, não se vislumbra

a escalada especulativa constatada após a eclosão da crise econômica mundial na segunda metade da década de 2000.

Contudo, além da demanda alimentar continuar vigorosa principalmente pelos efeitos China e, particularmente, com o aumento das importações por países como Bangladesh, Indonésia e Filipinas, a FAO destaca outros fatores impulsionando a demanda ou pressionando os preços pela oferta. Neste caso, ganha relevo a expectativa de queda de pelo menos 2.4% na produção mundial de cereais em 2014 e assim revertendo o bom desempenho do ano passado. Outros fatores citados são as condições meteorológicas em diversos países e as tensões políticas na região do Mar Negro que no momento tornam mais voláteis os mercados de alimentos.

Em particular, a FAO prevê a continuidade da curva de alta dos preços das carnes iniciada em 2011, o que se refletirá fortemente no aumento da demanda pelo produto no Brasil.

Com efeito, a diretiva agroexportadora em nosso país deve ganhar mais impulso no setor das carnes no qual as vendas externas saltaram de US\$ 2.5 bilhões em 2004 para US\$ 6.7 bilhões em 2013. Ocorre que as retaliações à Rússia lideradas pelos EUA, por conta do contencioso com a Ucrânia, força aquele país, que já é o segundo maior cliente do Brasil em importações de carnes (2013), a aumentar mais ainda as suas compras do produto brasileiro. Considere-se, ainda, entre os fatores internacionais que reforçam a já grande atratividade do mercado mundial de carnes, o caso do México, cuja crise de abastecimento nesse setor também vem exercendo fortes pressões de demanda no Brasil.

A propósito, segundo a FAO, o índice de preços da carne vem aumentando em ritmo importante em virtude, também, dos impactos na carne bovina das secas na Austrália e EUA. Agregam-se a estes os problemas climáticos no Brasil. Igualmente, a carne de porco enfrenta ciclo de alta dos preços devido, em parte, aos efeitos do vírus da diarreia endêmica suína nos EUA.

Nesse cenário de comemorações pelo setor exportador de carnes, enquanto as variações do IPC-A geral, de março e abril foram, respectivamente, de 0.87% e 0.64%, as variações do IPC-A das carnes (não apenas a bovina) foram de 3.89% em março, e 2.95% em abril.

Assim, vislumbra-se a manutenção de 'Céu de brigadeiro' para o agronegócio exportador brasileiro e, por via de consequência, a continuidade das amplas permissividades políticas e estímulos econômicos e financeiros conferidos ao setor.

Em outros termos e em síntese, da interação dos desarranjos nas contas externas com os cenários do mercado internacional, e considerando o contexto institucional interno, a ABRA avalia como improvável qualquer mudança na natureza das atuais políticas agrária e agrícola pelo próximo governo central.

Não obstante resistências de setores do PT com sensibilidades em direitos difusos, minorias e causas sociais em geral, a coalizão governista tem mantido solidez nessa aliança e por certo não mudará as opções num provável segundo governo.

No caso da coligação liderada pelo PSDB e DEM, por suposto ideológico o apoio ao agronegócio seria ainda mais profundo e ostensivo, sendo que o ambiente institucional para as lutas sociais no campo transitaria do terreno das grandes dificuldades para o da absoluta hostilidade.

As preocupações com a sustentabilidade da 'Rede' não seriam empecilho para a continuidade ao apoio massivo ao agronegócio. Esse compromisso já foi declarado.

Resulta do quadro acima, que as lutas sociais nas áreas rurais por direitos, mudanças no padrão de agricultura e no enfrentamento da questão agrária brasileira, em geral, deverão levar em conta a continuidade das dificuldades no campo institucional, vez que iminente a manutenção das políticas que favoreceram a absoluta hegemonia do agronegócio.

Não bastassem as adversidades no plano institucional, pensamos que importa, também, para fins da definição das estratégias de curto prazo das lutas dos movimentos agrários, levar em conta a fragmentação das pautas correspondentes e, ainda, as dificuldades de convergências com as ações de potenciais aliados que atuam em campos afins como o ambiental.

No primeiro caso, seria oportuna a efetivação das recomendações do **Encontro Unitário** principalmente no ponto destacado adiante. No segundo caso, a situação é mais desafiadora. Há pouco tempo a ABRA tomou a iniciativa de estimular um debate entre entidades agrárias e socioambientalistas visando uma reflexão mais focada para demonstrar que essencialmente, nas áreas rurais, a crise ambiental é mais uma expressão da questão agrária brasileira. Em última instância a proposta foi a de se discutir as convergências de ações para potencializar conquistas no contexto de uma correlação de forças amplamente dominada pelo agronegócio. Resultou um bom debate e uma revista bem produzida e com bons artigos. Porém, ficou por aí!

Ocorre que não falta compreensão e sensibilidade sobre a absoluta afinidade entre os temas. Contudo, sem generalizações, e como hipótese, avaliamos que assim como ocorre em outras áreas, razões diversas relacionadas às situações específicas de cada organização findam contribuindo para um engajamento no plano do *stricto sensu* das lutas ambientalistas. Os recentes debates em torno do Novo Código Florestal forneceram exemplo que alimentam a hipótese.

Entre outros méritos, organizações ambientalistas tiveram atuação destacada na condenação aos instrumentos incluídos ou reforçados nessa legislação, os quais, supostamente, pelo mercado, pretendem impor ou corrigir condutas ambientais aos grandes produtores rurais. Referimos-nos aos mercados de carbono e de cotas de reserva legal.

Essas organizações tiveram papel importante na denúncia da ficção protetiva desses instrumentos, os quais, no concreto, foram oferecidos como alternativas de transformação da floresta e dos seus serviços ambientais em fontes de altos 'econegócios' para os mesmos capitais que destruíram (e continuam a destruir) a natureza. Alertaram sobre a funcionalidade desses mercados, para o acesso e o controle, por estrangeiros, dos recursos da biodiversidade em nosso país, e somaram-se às preocupações com os efeitos negativos do envolvimento de comunidades indígenas nesse comércio.

Contudo, não foi dada a devida atenção ao nexos estrutural desses mecanismos com a base fundiária que dá suporte aos demais recursos da natureza que, pelos efeitos desses instrumentos, tende a ter as suas assimetrias ainda mais pronunciadas, aí incluídas a concentração e desnacionalização da terra, a burla explícita à função social da propriedade rural, e as maiores ameaças à integridade territorial das áreas protegidas de um modo geral.

Por certo, com os impactos fundiários adicionais desses 'novos mecanismos da economia verde', o uso sustentável dos recursos naturais no Brasil cada vez mais avança na transição da esfera das difíceis expectativas para a utopia. Vale notar que mesmo alguns setores do campo agrário da mesma forma desconsideraram essa interface.

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

Portanto, foi perdida, com a experiência do Código (e assim se mantém) grande oportunidade para uma atuação mais integrada, coordenada, com abrangência sistêmica, e maiores chances de conquistas pelos movimentos agrários e ambientalistas.

Enfim, compartilhamos das avaliações que reconhecem a enorme complexidade dos tempos atuais para reformas estruturais no campo visando causas democráticas e populares. No entanto, nesse ambiente institucional as lutas sociais no campo passam a contar com as contingências de um aliado natural, ainda que de todo indesejável.

Com efeito, os desafios para a sobrevivência coletiva com os prognósticos científicos catastróficos para a humanidade, decorrentes dos impactos ambientais da evolução da crise climática passam a exigir a ressignificação da importância estratégica da reforma agrária ante os riscos progressivos de colapso do atual sistema agroalimentar baseado na agricultura do agronegócio.

Na gestão anterior, a FAO chegou a se posicionar formalmente sobre o imperativo do abandono do atual modelo agrícola e a sua substituição por uma nova forma de agricultura em pequenas escalas, para a garantia da segurança alimentar mundial num futuro cada vez menos remoto.

Sem arriscar na prescrição; porém, assertivo nas ameaças climáticas, há poucos dias, por ocasião da 33ª Conferência Regional das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, o novo Diretor-Geral da FAO ao se manifestar sobre o assunto, afirmou que “Não é um tema de futuro, senão do presente, e os impactos são muito maiores do que pensávamos”. Segundo ele, “Por um tempo, tivemos a ideia de que o mundo havia se transformado em um supermercado e que podíamos comprar tudo quanto queríamos. Nós havíamos alcançado a situação do pleno abastecimento, mas agora a mudança climática reintroduz o tema da incerteza e não sabemos o que vai acontecer”.

Em resumo, se depreende que na atualidade, defender a integridade e a ampliação dos territórios sobre o controle da agricultura familiar e camponesa em países como o Brasil, além de tudo constituiria atitude política que habilitaria o país para o enfrentamento dos tempos futuros. Mais: com o concurso principal de uma reforma agrária nos termos e na escala pensados e definidos à luz dessas perspectivas, situaria o Brasil na dianteira de uma indispensável transição de modelo de produção e consumo de produtos agrícolas. Na contramão dessa diretriz o documento **A IGREJA E A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉC XXI** há pouco aprovado pela 52ª Assembleia Geral da CNBB alerta que “A expansão recente (anos 2000) de monoculturas ou de “plantations” (soja, milho, cana, florestas plantadas, pecuária de corte etc.), sob o influxo da valorização das “commodities”, elevação do preço das terras, e forte especulação do Brasil nos mercados mundiais de produtos primários, se dá sob condições de paralela ‘grilagem’ ou acaparação das terras e estruturas produtivas típicas dos camponeses pobres e povos indígenas.”

Ante as considerações expostas a ABRA reitera o seu apoio incondicional às agendas de lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais do Brasil quaisquer que sejam as suas caracterizações sociais. No entanto, obviamente sem a pretensão de incidir nessas agendas a ABRA estimula a definição de uma **AGENDA DE RESISTÊNCIA CAMPONESA** tendo em vista as adversidades políticas singulares acima, com os severos riscos de perdas territoriais e de direitos por parte desses segmentos sociais que deverão perdurar ou mesmo ampliar, nos curto e médio prazos.

Sem duvidar da força da organização e das lutas populares no campo que podem provocar mudanças, esse cenário institucional recomenda maior organização e unidade **para a preservação de conquistas**.

Assim sendo e, em especial, considerando os desdobramentos potenciais desse contexto mesmo para uma posição minimalista de segurança alimentar, isto é, nos termos originários do conceito, a ABRA avalia que o momento requer uma **agenda de resistência camponesa**. Apenas à título de estímulo ao debate do tema, consideramos os pontos a seguir como importantes para uma ação unitária de resistência:

1. **INTEGRIDADE TERRITORIAL DAS ÁREAS OBJETO DO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA** – as unidades de conservação, territórios indígenas, quilombolas e de grupos sociais sensíveis das áreas rurais vêm enfrentando ameaças permanentes de encolhimento ou desconstituição pela corrida por mais terras pela agricultura do agronegócio. Particularmente no caso dos territórios indígenas, a despeito dos posicionamentos da AGU e da paralisação dos processos demarcatórios, o governo, por pressões do PT e de várias organizações, em que pese a posição pendular no tema, resiste às ofensivas contra a integridade dos territórios indígenas a exemplo das dificuldades postas para o avanço da PEC 215 e da suspensão, até a presente data, da Portaria nº 303/2012, da AGU.

Contudo, atualmente, os cerca de 80 milhões de hectares das áreas obtidas pelo programa de reforma agrária também passaram a ser alvo das investidas ruralistas. O texto original da Medida Provisória nº 636/2013, que em parte atendeu demanda da presidente da CNA, abriu a possibilidade real da transferência para o mercado de fração substancial das áreas beneficiárias do programa de reforma agrária. A recente mudança de Ministro no MDA alterou a posição de indiferença do Ministério às pressões políticas feitas pelas entidades do campo e pelo PT. Estas lograram certo êxito nas negociações no Congresso. Como resultado, houve a inclusão no texto da MP, de dispositivo que, sem plena segurança na prática, tenta impedir o processo previsto de “tomada” e concentração dos lotes da reforma agrária, o que seria inevitável com a efetividade do texto original da MP. Duas condicionalidades tendem a relativizar os termos privatizantes do texto original da MP, caso a nova redação venha a ser sancionada pela presidenta: 1) com o lote adquirido do assentado, o novo titular não poderá ter área superior a 2 módulos fiscais; 2) o prazo de inalienabilidade do lote seria de 10 anos após o recebimento do título, independente do tempo em que o assentado esteja no lote.

Resta aguardar o texto final da Lei principalmente no caso do item 2. Quanto ao ponto 1, a limitação posta não tem nenhuma garantia de eficácia. Eventualmente mantido no texto final da Lei, quem faria esse controle? O Incra, no estágio de desmonte em que se encontra? Que sequer tem o controle dos créditos concedidos aos assentados? Teria o Incra as condições de governança para ter o controle, além das áreas dos lotes dos assentados, das dimensões das áreas dos compradores desses lotes? Como, na operação de venda, se efetivaria esse controle do tamanho da área do comprador?

Contudo, independente da MP, a condição de abandono, pelo poder público, de grande parte dos assentamentos, cada vez mais leva os beneficiários à ‘venda’ dos mesmos por instrumentos precários ou ilegítimos.

Além de caracterizar o desvirtuamento das finalidades sociais e políticas das áreas reformadas (públicas) a desconstituição das mesmas projeta maiores ameaças à base produtora de alimentos básicos no Brasil.

Sendo assim, no âmbito de uma agenda de resistência para a proteção da integridade e finalidade das áreas incorporadas ao programa de reforma agrária, e considerando a **natureza pública** dessas áreas, a ABRA sugere a instituição de uma “**cláusula pétrea**” nas normas para os assentamentos, a saber: como **regra geral**, impedimento da repetição de CPF no universo dos lotes que integram as áreas do programa de reforma agrária, admitida ao próprio assentado, por exigências do crescimento da família, a compra de até um lote desde que a área total não ultrapasse os 4 módulos fiscais. É claro que quando mencionamos 1 CPF estamos considerando a família nuclear (CPF do homem, ou da mulher ou de ambos). Essa proposta não impediria eventuais fraudes, tipo algum ‘laranja’. Mas por certo não permitiria a apropriação e concentração dessas áreas por grandes produtores.

Cumprir frisar que uma condição necessária para a efetividade da proposta seria o **fortalecimento do Incra** tanto em termos de ampliação e valorização profissional dos seus quadros, como da infraestrutura da autarquia para o pleno cumprimento das suas atribuições.

2. **AMPLIAÇÃO DO PAA E PNAE** – os mercados institucionais para assentados e agricultores familiares suplantam com folga o PRONAF na internalização de efeitos econômicos para as unidades camponesas. Ao mesmo tempo, diversamente do Pronaf, esses instrumentos, por não serem indutores de uma matriz tecnológica que viola as especificidades da produção camponesa preserva-as em potencial e assim possibilitando alimentos mais saudáveis passíveis de obtenção mediante métodos e sistemas ambientalmente sustentáveis. Ademais, com os mercados institucionais há não apenas a redução da dependência dos camponeses ao capital usurário, mas também, e associadamente, a diminuição da exposição desses segmentos ao mercado, o que lhes assegura menor grau de espoliação na comercialização dos seus produtos. Observe-se, também que a ampliação das escalas desses programas poderá liberar os camponeses do crédito bancário pelo aumento da possibilidade do autofinanciamento. A ABRA reivindica como ponto central de uma agenda de resistência dos camponeses a **expansão substancial dos níveis de execução do PAA e PNAE** a partir de um calendário progressivo da ampliação do alcance dos programas via o incremento dos recursos por operação individual e pelo universo de beneficiários.

3 **SEMENTES** – A ABRA avalia como absolutamente estratégico não apenas para a sobrevivência da economia camponesa, mas para a preservação da biodiversidade e para a segurança e a soberania alimentar do Brasil a viabilização de **Bancos Comunitários de Sementes e Mudanças de Variedades e Cultivares Locais, Tradicionais ou Crioulos**, livres das restrições da Lei de Cultivares e da Lei de Patentes. Para tanto, a ABRA sugere ações políticas por todas as organizações populares do campo e pelas entidades ambientalistas pela aprovação do Projeto de Lei nº 6176, de 2013, do Deputado Pe. João (PT/MG), na forma do Substitutivo apresentado pelo Relator, o Deputado Anselmo de Jesus (PT/RO). Esta proposição, que contou com a assessoria de pesquisadores da Embrapa vem sendo sabotada pela Bancada Ruralista.

A rigor, o governo, em qualquer esfera, teria autonomia para a execução direta desse projeto, ou por delegação a organizações não governamentais. O Art. 10 da Lei de Proteção de Cultivares diz que: Não fere o direito de propriedade sobre a cultivar protegida aquele que, sendo pequeno produtor rural, multiplica sementes, para doação ou troca, exclusivamente para outros pequenos produtores rurais, no âmbito de programas de financiamento ou de apoio a pequenos produtores rurais, conduzidos por órgãos públicos ou organizações não governamentais, autorizados pelo Poder Público.

4. **AGROTÓXICOS** – de interesse direto do conjunto da sociedade pelos seus impactos crescentes na saúde pública e no meio ambiente, o crescimento exponencial do consumo de agrotóxicos requer respostas efetivas ainda não alcançadas com as intensas ações de denúncias atualmente desenvolvidas por organizações da sociedade civil. Talvez seja o caso de se avaliar outras possibilidades, inclusive, no plano internacional para gerar estrangimentos internos. Entre essas ações, apontamos:

- a) Peticionar à JECOSA (GT FAO/OMS) que faz avaliações dos aditivos alimentares para elaborar estudo e avaliação sobre o uso e os impactos dos agrotóxicos na saúde pública no Brasil;
- b) Peticionar ao Codex Alimentarius solicitando declaração de conformidade dos resíduos de agrotóxicos nos alimentos no Brasil;
- c) Articular junto à ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) para a criação de uma Mesa específica sobre os agrotóxicos no Brasil no Congresso Internacional sobre saúde coletiva que será realizado em Goiânia no próximo ano;
- d) Enviar oficialmente para a OMS o “Dossiê Agrotóxicos” financiado pela ABRASCO, solicitando que aquela Agência das Nações Unidas avalie e adote as medidas cabíveis.

5. **ACESSO À TERRA POR ESTRANGEIROS** – Movimentos especulativos (e produtivos) pelos agrocombustíveis, mercado mundial de alimentos, garantia da segurança alimentar em outros países, mercado de carbono e de cotas de reservas legal, acesso aos recursos da biodiversidade, minerais e especificamente florestais geraram fluxo de capitais para a ‘tomada de terras’ no Brasil, entre outros países. Com os flancos na legislação em vigor se estabeleceu processo de absoluta falta de governança no acesso de apropriação de terras por estrangeiros. Até pela dimensão de segurança nacional, e à segurança e soberania alimentar do país, cumpre, nas estratégias de resistência, pressões urgentes por todas as organizações populares do campo e pelas entidades ambientalistas pela aprovação de um novo marco regulatório sobre a matéria. A proposta apresentada pelo Deputado Beto Faro na Subcomissão sobre o assunto criada no âmbito da Comissão de Agricultura poderia servir de base para essa regulação. Essa proposição foi derrubada pelos ruralistas que aprovaram outra retirando qualquer controle no acesso à terra em nosso país por estrangeiros.